

RESUMO EXECUTIVO DA ATA

77ª Reunião Plenária do CBH-SMT

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

Data: 28/11/2025

Local: Auditório da Secretaria da Educação no Paço Municipal situado à Rua Itu 400 anos, nº 111. Novo Centro em Itu/SP.

No dia 28 de novembro de 2025, de forma presencial, no Auditório da Secretaria da Educação no Paço Municipal situado à Rua Itu 400 anos, nº 111. Novo Centro, no município de Itu/SP, foi realizada a 77ª Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT, registrando-se a participação de 39 representantes dos segmentos: Sociedade Civil, Municípios e Estado, entre membros titulares, suplentes e convidados conforme “Relação dos Membros Presentes na Reunião”, apresentada abaixo. **1. Abertura:** A abertura dos trabalhos foi conduzida pelo Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, representante da UFSCar-Sorocaba e Vice-presidente do CBH-SMT, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Na oportunidade, justificou a ausência por licença médica do Sr. José Carlos de Quevedo Junior, Prefeito de Araçoiaba da Serra e Presidente do CBH-SMT, o qual, por meio de vídeo, saudou os presentes e desejou um bom evento ao colegiado. O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos solicitou à Sra. Laura Stela Naliato Perez, Secretária-executiva do CBH-SMT a confirmação do quórum, com a contabilização da presença de 13 representantes dos municípios, 3 representantes do estado e 9 representantes da sociedade civil, atestando a quantidade necessária para o início da reunião. Em seguida, a palavra foi concedida ao anfitrião Sr. Herculano Castilho Passos Júnior, Prefeito de Itu, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos os membros, ressaltou compromisso prático da gestão com o meio ambiente e que com a conclusão das obras o município de Itu atingirá a universalização do esgoto tratado. Em seguida, a palavra é concedida à Sra. Elizabeth Aparecida Assis Brandão, Secretária do Meio Ambiente do município de Itu, que cumprimentou os presentes e agradeceu ao prefeito pelo apoio à questão ambiental, elogiando as atividades realizadas e pretendidas, destacando as atividades de plantio de árvore. O Sr. André Cordeiro convidou o Sr. Waldnir Gomes Moreira, Secretário-executivo Adjunto do CBH-SMT, que saudou os integrantes e parabenizou a gestão do município de Itu e desejou uma excelente reunião a todos. Em seguida a palavra é concedida para a Sra. Laura Stela Naliato Perez, Secretária-executiva para realizar suas saudações. Na sequência, solicitou ao Vice-presidente Sr. André Cordeiro a inclusão de dois itens à pauta da reunião encaminhada na convocação realizada em 13 de novembro por mensagem eletrônica: o item 2.7. “Apreciação de minuta de

deliberação que aprova a adesão do colegiado ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031”; e o item 2.8. “Moção de apoio ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH”. Dando continuidade, o Sr. André Cordeiro Alves dos Santos submeteu ao plenário a apreciação da inclusão dos dois itens encaminhados pela Secretária-executiva na pauta da reunião. Questionou os presentes quanto à possibilidade de inclusão e abriu espaço para manifestações. Não havendo comentários, deu início ao processo de votação, orientando que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se manifestassem. Não houve manifestação contrária, restando aprovadas as inclusões dos dois novos itens de pauta. A palavra retornou à Sra. Laura Stela Naliato Perez, que realizou a leitura da Ordem do Dia. Foram apresentados para discussão e deliberação os seguintes itens constantes na pauta: 2.1. Aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária, realizada em 14/08/2025, presencialmente no município de Botucatu/SP; 2.2. Referendo da Deliberação Ad Referendum do CBH-SMT nº 503 de 16 de setembro de 2025, que aprova manifestação acerca da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapetininga (CBH-Itapetininga); 2.3. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao orçamento de 2026, e dá outras providências; 2.4. Apreciação de minuta de deliberação que aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento PCH Parque das Lavras, no município de Salto; 2.5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento Loteamento Jequitibá II, localizado no município de Boituva; 2.6. Apreciação de minuta de deliberação que indica representantes do CBH-SMT para compor o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBHs) e dá outras providências; 2.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a adesão do colegiado ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá outras providências; 2.8. Moção de apoio ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH; 3. Informes; 4. Encerramento. Na sequência, o Sr. André Cordeiro Alves dos Santos deu início ao item 2.1 Aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária, realizada em 14/08/2025, presencialmente no município de Botucatu/SP, informando que a leitura do documento seria dispensada, uma vez que a ata da 76ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de agosto de 2025, no município de

Botucatu, havia sido previamente encaminhada por correio eletrônico a todos os membros. O Vice-presidente abriu a palavra para manifestações. Não havendo manifestações contrárias, procedeu-se à votação, sendo aprovada a ata da 76ª Reunião Ordinária por unanimidade. Em seguida, passou-se ao 2.2. Referendo da Deliberação *Ad Referendum* do CBH-SMT nº 503 de 16 de setembro de 2025, que aprova manifestação acerca da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapetininga (CBH-Itapetininga). O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, por estar no exercício da Vice-presidência do Comitê e acumular a função de Coordenador da CT-PLAGRHI – Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, representando a UFSCar – Campus Sorocaba, foi o responsável pela condução e leitura do item. Explicou que o CBH-SMT recebeu um pedido da Diretoria de Recursos Hídricos – DRHi/SEMIL solicitando manifestação sobre a proposta de criação de um novo comitê, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapetininga. Esclareceu que a SEMIL, por meio de parecer técnico, já havia indicado dificuldades burocráticas e legais para essa criação, ressaltando que a segmentação excessiva pode prejudicar o funcionamento dos comitês de bacias. A manifestação do colegiado concordou com o parecer da SEMIL, orientando sobre a possibilidade de criar um subcomitê ou câmara técnica interna para tratar sobre o referido rio, assim como a Câmara Técnica do Rio Tietê (CT-Rio Tietê) do CBH-SMT. Informou que essa manifestação foi feita por meio de Deliberação *Ad Referendum* devido aos prazos de resposta à demanda. Na sequência, a palavra foi aberta aos presentes e o referendo da Deliberação foi colocado em votação; não havendo manifestações contrárias, a proposta foi referendada por unanimidade pelo Plenário. Em seguida entra em pauta o **item 2.3. Apreciação de minuta de deliberação que define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao orçamento de 2026, e dá outras providências**; O Vice-presidente, Sr. André Cordeiro, prestou esclarecimentos acerca dos procedimentos de inscrição de projetos para o ciclo de 2026. Ressaltou que, habitualmente, a votação dos critérios de hierarquização ocorre em conjunto com a aprovação do Plano de Ações e Programa de Investimentos (PAPI) e do Relatório de Situação. Entretanto, informou que, excepcionalmente neste exercício, houve um atraso na consolidação do Relatório de Situação. Está agendada para o dia 10 de dezembro uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI) do CBH-SMT para a última discussão do PAPI e do Relatório de Situação. O Sr. André ressaltou que tal discussão foi iniciada anteriormente, mas não foi finalizada em função da demora no recebimento de dados oficiais do Governo do Estado relativos à qualidade e quantidade de água, de modo que, no referido encontro, ambos os documentos serão aprovados em caráter *ad referendum*. Adicionalmente, informou que os recursos disponíveis para o próximo ano somam aproximadamente R\$ 13

milhões (treze milhões de reais), devido à ausência de atualização nos valores da cobrança. A palavra foi concedida à Sra. Laura Perez, coordenadora do GT-Critérios, que é o GT que propõe o edital de chamamento de projetos do próximo ciclo anual. A Sra. Laura Perez explanou sobre o trabalho de atualização do cronograma, das regras e dos critérios, fundamentado no histórico de trabalho e em ajustes necessários para o próximo ciclo. Informou que a deliberação estabelece critérios gerais e específicos para inscrição, análise e hierarquização de empreendimentos financiados com recursos da cobrança e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). Relatou que a matéria foi discutida em três reuniões virtuais nos dias 02, 16 e 30 de outubro, sendo a análise aprovada em reunião presencial da CT-PLAGRHI realizada em 06 de novembro, em Sorocaba. A proposta considera o Plano de Bacia (2016-2027), as prioridades do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024-2027 e a disponibilidade financeira projetada. Quanto às vedações e pré-requisitos, informou ser impeditiva a indicação de tomadores em situação de inadimplência definitiva, inscritos no CADIN, com cobrança judicial em curso ou pendências documentais junto ao Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos). Ressaltou que empreendimento com fases anteriores não concluídas tecnicamente, segundo o agente técnico do FEHIDRO, também não poderão ser indicados. Sobre o cronograma para 2026, detalhou-se o período de inscrição no sistema SINFEHIDRO de 08/12/2025 a 10/02/2026, seguido pela análise técnica e documental de 11/02 a 20/03/2026. Informou-se que, entre 23 e 27 de março, os resultados preliminares serão publicados no *site* do Comitê no portal do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), com o posterior envio das propostas às Câmaras Técnicas. Prosseguiu com detalhamento dos prazos para adequações e recursos entre 01/04 e 08/05, e de 11/05 a 01/06 terá a análise de documento, inclusive pelas Câmaras Técnicas. De 02/06 a 22/06, os tomadores poderão apresentar as adequações solicitadas durante o processo de análise. De 23/06 a 29/06, haverá a análise final dessas complementações e a divulgação do parecer técnico final. De 29/06 a 06/07, apresentação de recursos pelos tomadores. Até 13/07, haverá uma reunião da CT-PLAGRHI para analisar eventuais recursos contra indeferimentos. Até 20/07, ocorrerá a divulgação da listagem de empreendimentos inscritos que foram classificados. Até 31/07, reunião da CT-PLAGRHI realizará a análise da pontuação dos empreendimentos, a hierarquização e a divulgação do resultado. Por fim, a deliberação pela Plenária ocorrerá até 21 de agosto, visando atender ao prazo final 28 de agosto estabelecido pelo FEHIDRO para encaminhar a deliberação com a indicação dos empreendimentos que serão objeto de financiamento. Os pré-requisitos para inscrição, informou que planos e projetos devem possuir valor mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), enquanto obras devem observar o mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o máximo de R\$

5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo vedada a aquisição de veículos automotores. Ressaltou que projetos de saneamento, conforme estabelece a lei 11.445, que trata de serviços de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, devem constar no Plano Municipal de Saneamento e que, com a desestatização da SABESP, municípios com serviços concedidos só podem solicitar recursos de forma reembolsável via concessionária, municípios que têm serviços autônomos podem ser tomadores de recurso para tais atividades. Quanto aos projetos de restauração ecológica, informou a necessidade de área mínima de 5 (cinco) hectares, contíguos ou não, além da apresentação de anuência dos proprietários ou posseiros e do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Usuários de recursos hídricos deverão apresentar declaração de adimplência com a cobrança, enquanto não usuários ou isentos deverão apresentar declaração específica fornecida pela Agência SMT. Ressaltou que todos os pleitos devem seguir os termos de referência e roteiros técnicos disponíveis nos *sites* do SIGRH ([link](#)) e do SINFEHIDRO ([link](#)). Quanto aos empreendimentos de educação ambiental, informou que a indicação está condicionada à previsão no Programa de Educação Ambiental aprovado pelo Comitê. Ressaltou, contudo, que o referido plano ainda se encontra em fase de elaboração pela Câmara Técnica de Eventos e Educação Ambiental (CT-EEA) do CBH-SMT, motivo pelo qual esclareceu que não serão aceitos projetos nesta modalidade para o ciclo de 2026 até que o programa específico seja formalmente aprovado. Quanto aos recursos disponíveis, informou sobre a existência de uma deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de 2021, que estabelece os percentuais destinados aos Programas de Duração Continuada (PDC). Ficou definido que os PDCs 1 e 2 receberão, no máximo, 25% dos recursos. Para os PDCs 3 (Qualidade da Água), 4 (Proteção de Recursos Hídricos) e 7 (Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos), o investimento mínimo será de 60%, enquanto os demais PDCs não incluídos nestas categorias receberão os demais 15%. Ressaltou que o Comitê priorizará empreendimentos de interesse geral da bacia e de abrangência regional. Na sequência, informou sobre a existência de dois projetos a serem conduzidos pela fundação: o primeiro, voltado à comunicação social para a gestão de recursos hídricos, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); o segundo, destinado à elaboração de material educativo sobre a bacia do SMT para fins de divulgação e mobilização, no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Ressaltou que tais iniciativas visam fortalecer a visibilidade das ações do Comitê e promover o engajamento social na gestão das águas. A Sra. Laura detalhou os critérios comuns de pontuação aplicáveis a todos os projetos. Na sequência, apresentou os critérios gerais de pontuação, destacando pontuação maior para a eficiência no uso dos recursos do FEHIDRO, e para solicitantes que não tenham sido tomadores nos últimos anos. Ressaltou que não haverá pontuação para candidatos com projetos deliberados cujos contratos não foram assinados por descumprimento de prazos ou falta de documentação adequada, bem como para

aqueles que tiveram contratos cancelados nos últimos 4 (quatro) anos por descumprimento de cronograma. Esclareceu-se que tais situações não impedem a apresentação de novos projetos, mas impactam o peso da proposta na hierarquização final. Em relação à contrapartida, informou que valores maiores garantem maior pontuação. Ressaltou que o Comitê e a Agência SMT permanecem à disposição dos tomadores para sanar dúvidas e auxiliar na elaboração dos projetos, visando otimizar a pontuação e agilizar os processos de aprovação e contratação. Foi destacada também a pontuação para membros que participem ativamente das reuniões plenárias de 2025, podendo receber até 10 pontos. Na sequência, foram apresentados os critérios de pontuação específico para cada Grupo, que abrangem os PDCs, sendo eles: Grupo 1 PDC 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos e PDC 2: Gerenciamento de Recursos Hídricos); Grupo 2 (PDC 3: Qualidade das Águas); Grupo 3 (PDC 5: Gestão da Demanda); Grupo 4 (PDC 4: Proteção aos Recursos Hídricos); Grupo 5 (PDC 8: Capacitação e Comunicação Social); e Grupo 6 (PDC 6: Abastecimento e Segurança Hídrica e o PDC 7: Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos). Informou que cada candidato poderá inscrever até três empreendimentos para submissão, análise e hierarquização. Finalizando a apresentação, a Sra. Laura apresentou o Anexo 3 da deliberação, que detalha os índices de cobertura vegetal para cada localidade da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), como critério do Grupo 4 de empreendimentos. A palavra retornou ao Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, que esclareceu o Comitê mantém etapas de avaliação e suporte técnico para auxiliar os municípios e a sociedade civil na adequação de seus projetos às exigências e demandas do colegiado, visando otimizar a qualidade das propostas apresentadas, ressaltou que uma das diretrizes fundamentais do CBH-SMT é a otimização dos recursos, visando não manter saldos em caixa e apoiar o maior número possível de projetos distribuídos pelo território da UGRHI. Observadas as limitações dos PDCs prioritários, informou que o Comitê busca adequar o orçamento para viabilizar o máximo de propostas. Reiterou que o colegiado permanece à disposição dos tomadores para a maturação de ideias e o compartilhamento de experiências de projetos semelhantes já executados. Por fim, destacou que o suporte técnico oferecido tem resultado em altos índices de aprovação e continuidade das propostas nos últimos anos, fortalecendo a gestão dos recursos hídricos na bacia. O Vice-presidente abriu a palavra para manifestações. Não havendo manifestações contrárias, procedeu-se à votação, sendo aprovada a Deliberação CBH-SMT nº 504, de 28 de novembro de 2025.

item 2.4. Apreciação de parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento PCH Parque das Lavras, no município de Salto. O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, como coordenador da CT-PLAGRHI, apresentou a minuta da Deliberação CBH-SMT nº 505, de 28 de novembro de 2025. Informou que o documento se fundamenta na PERH Lei nº 7.663/91 e na Resolução SMA nº 54/08, que estabelecem a necessidade de

manifestação do Comitê sobre empreendimentos com impacto significativo no regime hídrico. Informou que o projeto, de responsabilidade da empresa Parque Lavras Serviços de Operação SPE Ltda., trata de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de baixa queda no Rio Tietê, aproveitando estruturas de uma antiga usina desativada na década de 1950. A proposta prevê adução pela margem direita hidráulica, barragem de um metro e trinta e cinco centímetros de altura com vertedouro de crista livre, e potência instalada de 12.042 kW para uma vazão de 155 m³/s. Ressaltou que o projeto está vinculado a uma Parceria Público-Privada (PPP) para a manutenção do Parque da Lavra no município de Salto. Quanto ao Parecer Técnico CT-PLAGRHI nº 04/2025, o Comitê reiterou que a localização central em Salto exige um detalhamento mais robusto do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), especialmente sobre soluções para o lixo flutuante e demais exigências ambientais do órgão licenciador. Apontou sobre a incerteza sobre a manutenção da oxigenação das corredeiras, visto que a vazão ecológica pode não ser suficiente para evitar o acúmulo de resíduos, estagnação da água e geração de odores em períodos de estiagem. Devido à classificação da água como Classe 3 e ao impacto histórico de lodo de Pirapora do Bom Jesus, exigiu-se um plano detalhado para remoção de resíduos flutuantes e submersos, sugerindo tecnologias complementares como barreiras de bolhas. Destacou a obrigação de preservar o canal de adução, a casa de máquinas e o Parque da Lavra, garantindo o uso da área para lazer, esporte e turismo. Concluiu com a recomendação de que o licenciamento seja monitorado com rigor e reiterou ainda a concordância com o parecer da CETESB que indeferiu a Licença Prévia, indicando que a análise somente poderá ser aprofundada após o aprimoramento técnico do RAP. Ressaltou a necessidade de solução de engenharia robusta para o material sólido carreado pelo Rio Tietê, a atenção rigorosa aos impactos das descargas de fundo de Pirapora do Bom Jesus e a manutenção integral das funções turísticas do parque. Por fim, recomendou a realização de audiências públicas e divulgação clara para desassociar o projeto de propostas antigas rejeitadas. Após a exposição, a deliberação foi colocada em discussão e houve a manifestação contrária do Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê, que questiona a viabilidade da implantação de hidrelétricas face às novas ofertas de fontes de energia atualmente, como a energia solar e o impacto que obras hidrelétricas causam em uma região bastante desenvolvida e com problemas de degradação ambiental. Também o Sr. Marcelo Naufal Argona, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, se manifestou contrário à proposta. A proposta em apreciação foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria, com registro de votos contrários do Instituto de Estudos do Vale do Rio Tietê – INEVAT e Fundação SOS Mata Atlântica. Quanto ao item **2.5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento Loteamento Jequitibá II, localizado no município de Boituva**. O Sr.

André Cordeiro Alves dos Santos, como coordenador da CT-PLAGRHI, apresentou a minuta da Deliberação CBH-SMT nº 506, de 28 de novembro de 2025. O documento aprova o parecer técnico sobre a viabilidade do licenciamento do loteamento, projeto de parcelamento de solo de grande porte com área total de 2.681.726,33 m², a ser implantado em duas fases. Durante a exposição, o Sr. André manifestou profunda preocupação com a insuficiência de dados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), especialmente sobre a confusão entre a "área verde" e a "área de lazer" onde há um projeto para um campo de golfe. Criticou o potencial desperdício de água tratada para irrigação de gramados, apontando que a estimativa de uso de 4 litros por metro quadrado apresentada no EIA é tecnicamente inconsistente, sendo insuficiente para atender à demanda real frente às condições climáticas locais. Ressaltou que o EIA apresenta lacunas graves na área de saneamento, com informações populacionais conflitantes que variam entre 2.347 e 3.760 pessoas, o que impede uma avaliação precisa da infraestrutura necessária para abastecimento e esgotamento. Sobre o atendimento da Sabesp, informou que, após a desestatização, a concessionária firmou contrato para a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE 1), da qual Boituva faz parte e se comprometeu com o atendimento de coleta e tratamento de esgoto na região, o que teoricamente, eliminaria a necessidade de sistemas isolados de tratamento. Contudo, criticou o fato de a anuência dada pela Sabesp ser imprecisa, validando o abastecimento de água, mas omitindo informações conclusivas sobre o tratamento de esgoto, além de o projeto prever um consumo que excede o volume compromissado pela companhia. O Comitê questionou ainda a manutenção da área de golfe, exigindo esclarecimentos sobre a rede de drenagem, o plano de irrigação e o uso de fertilizantes e agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas). Como alternativa sustentável, foi sugerida a elaboração de um projeto de captação de água de chuva e reuso para reduzir a dependência de fontes de água potável. O parecer condiciona a viabilidade do empreendimento à revisão integral do EIA e à atualização do Plano Municipal de Saneamento de Boituva, que utiliza projeções populacionais defasadas frente ao Censo 2022. O Sr. Oscar Vieira, convidado, manifestou preocupação com a bacia hidrográfica como um todo, ressaltando o grande volume de loteamentos em implantação diante de um cenário de déficit hídrico já existente. Pontuou a necessidade de reflexão, articulação e planejamento, visto ser um fato que não há disponibilidade hídrica para atender a todos os novos empreendimentos de forma desordenada. Enfatizou que a aceleração do mercado imobiliário atual se concentra na região, especialmente ao longo do eixo da Rodovia Castello Branco, afetando municípios da Bacia SMT como Porto Feliz, Boituva, Tatuí e Sorocaba, que recebem a demanda não atendida mais em áreas como Campinas e São José dos Campos. Relembrou o histórico dos 30 anos do Comitê, citando exemplos em que o colegiado foi desrespeitado, como no caso do aeroporto em São Roque, onde nascentes

foram aterradas de forma grotesca. Propôs que o Comitê elabore uma deliberação para que novos empreendimentos sejam condicionados a pareceres técnicos que comprovem a real existência de água para o abastecimento, além de exigir trabalhos efetivos de preservação de nascentes e planejamento rigoroso, visando mitigar o impacto do crescimento populacional sobre os recursos hídricos já escassos na bacia. O Sr. André agradeceu o posicionamento e ressaltou a dificuldade enfrentada pelo Comitê quando concessionárias atestam viabilidades técnicas que não condizem com a realidade hídrica local, citando o caso da Sabesp em Boituva. Alertou que o município já enfrenta problemas de abastecimento e que a entrada de novos empreendimentos de alto padrão, com consumo acima da média, agrava o cenário. Enfatizou que a gestão do recurso hídrico é, em última instância, responsabilidade das prefeituras por meio do controle da ocupação urbana e preservação de mananciais, e não apenas das concessionárias. Salientou que a região não possui abundância de águas superficiais ou subterrâneas, o que impõe a necessidade de estabelecer limites para a expansão urbana acelerada verificada em municípios como Porto Feliz, Boituva e Sorocaba. O Sr. Oscar reforçou a urgência de um planejamento que contemple a adequação e ampliação de reservatórios, além da preservação rigorosa de nascentes, ponderando que o crescimento não é impossível desde que seja planejado. Citou a situação crítica do Rio Sarapuí, que apresenta vazões extremamente reduzidas em períodos de estiagem, e mencionou a pressão externa de outras regiões, como São Paulo, sobre os mananciais locais. O Sr. André reiterou que o Rio Sarapuí já sofre com o sobrecarregamento de demandas provenientes de outros municípios, como Salto de Pirapora, e defendeu que a sensibilização dos gestores municipais é a discussão central do Comitê. Reiterou que a sensibilização dos municípios sobre os limites do crescimento é a discussão central do Comitê, alertando que o modelo de crescimento indefinido é insustentável. Concluiu reforçando que o planejamento deve ser repensado urgentemente em função das mudanças climáticas. Dando prosseguimento aos debates, o Sr. Waldnir Gomes Moreira, Secretário Executivo Adjunto do CBH-SMT, solicitou a palavra para realizar uma complementação que considerou fundamental para as equipes técnicas e prefeitos presentes, especificamente os atendidos pela Sabesp. Alertou que, ao receberem solicitações para novos loteamentos ou condomínios, as prefeituras devem observar obrigatoriamente o Contrato nº 01/2024, assinado entre a Sabesp e a URAE 1, esclareceu que este contrato estabelece quais bairros estão contemplados com a ampliação ou implantação de redes de água e esgoto, tratando especificamente da universalização dos serviços. Ressaltou que muitas diretrizes de loteamentos ainda em circulação foram emitidas pela Sabesp entre 2021 e 2023, período anterior à existência deste contrato. Portanto, pontuou que, caso esses empreendimentos estejam a solicitar dispositivos individuais de tratamento, os projetos deverão ser revistos para convergir com o estabelecido no Contrato 01/2024, implementando redes coletoras e de

distribuição que permitam o prosseguimento da universalização. Finalizou conclamando a união de todos na observância dessas normas para que a bacia possa alcançar a meta de universalização do saneamento. Não havendo manifestações, a matéria foi colocada em votação. Verificada a ausência de votos contrários ou abstenções, a Deliberação CBH-SMT nº 506/2025 foi declarada aprovada por unanimidade. Em seguida, sobre o item de apresentação **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que indica representantes do CBH-SMT para compor o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBHs) e dá outras providências**, o Sr. André Cordeiro introduziu o tema, informando que o Fórum Paulista de CBHs é uma entidade que congrega todos os comitês de bacia do estado de São Paulo, e passou a palavra ao Sr. Waldnir Gomes Moreira para os esclarecimentos técnicos, que lembrou que na plenária do mês de março foi aprovada uma deliberação indicando representantes para o Fórum Paulista. Naquela ocasião, a composição contava com um representante de cada segmento do CBH-SMT. Contudo, o Sr. Gomes ressaltou que, entre os 21 comitês de bacia do estado, apenas o CBH-SMT não havia indicado a sua Diretoria como seus representantes. Explicou que, para que o comitê tenha uma representação junto ao Fórum Paulista da mesma maneira que os outros 21 comitês, tornou-se necessária a aprovação desta nova deliberação. A proposta indica a diretoria do CBH-SMT como representantes no FPCBH, sendo eles: o presidente, Prefeito Quevedo; o vice-presidente, André Cordeiro; a secretária-executiva, Laura Stela Naliato; e o secretário-executivo adjunto, Waldnir Gomes Moreira. O Sr. André Cordeiro consultou o plenário se alguém gostaria de fazer algum comentário ou tirar alguma dúvida sobre a deliberação e não havendo colocou a matéria em votação. Verificada a ausência de manifestações, declarou a deliberação aprovada por unanimidade. O próximo item de pauta é **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a adesão do colegiado ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá outras providências**. O Sr. André Cordeiro passou a palavra à Sra. Laura, que iniciou a exposição explicando que o Programa IntegraBacias é uma parceria entre a Agência SP Águas e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), e que a partir daquela semana passou a ser uma proposta estratégica do Governo do Estado, contando ainda com a articulação junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em função dos planos de bacias de rios de domínio federal. Informou que o projeto será conduzido como um projeto do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e dispõe de um montante de 20 milhões de reais para investimento. Esclareceu que este recurso é proveniente da compensação financeira distribuída entre os comitês de bacias que, por não terem sido utilizados durante o ano após todas as indicações, retornam para o FEHIDRO; ressaltou que, caso não seja utilizado até o dia 31 de dezembro, o recurso retorna para a Secretaria da Fazenda e o

sistema de recursos hídricos perde esse montante. Pontuou que o valor demonstra uma falta de eficiência dos comitês na utilização dos recursos, os quais serão agora aplicados nesse programa conjunto com todos os 21 comitês de bacia do Estado. A tomadora do recurso será a SP Águas e a SEMIL atuará como fiscal do contrato e os comitês participarão da produção, acompanhamento e validação de todos os produtos obtidos ao longo do programa. O programa é voltado à integração e ao aprimoramento da gestão integrada, adotando a bacia hidrográfica como um todo e passando a trabalhar com vertentes. No caso específico, além dos seis planos de bacia da região do Tietê, haverá o plano da vertente do Tietê, promovendo a associação entre os seis comitês para discutir dados de exultório, contas de entrega de uma bacia para a outra e as responsabilidades mútuas de forma abrangente. Enfatizou a necessidade de conversação com o Plano Estadual de Recursos Hídricos para que não sejam instrumentos independentes, adotando uma metodologia unificada de planejamento e diagnóstico da realidade de cada UGRHI. Com isso, espera-se que a integração entre os diversos planos seja maior, facilitando a visão integrada e conectada entre elas, principalmente quando analisado por vertente, como no caso do Rio Tietê. Em seguida, destacou a busca pela efetivação do enquadramento dos corpos d'água, lembrando que o decreto vigente de 1977 está desatualizado para algumas regiões; defendeu que o plano deva analisar o que é necessário para que um rio alcance a classe para a qual foi enquadrado ou se será necessário reenquadrá-lo face à realidade atual, mantendo o foco tanto nas bacias críticas quanto em temas prioritários para as vertentes e para o Estado. Afirmou que o programa visa o aprimoramento da participação regional na gestão nacional e estadual. Relatou que o processo teve início com seis oficinas conjuntas por vertentes em todo o estado, com mais de cem participantes, envolvendo secretarias executivas e coordenadores de câmaras técnicas, onde foram discutidos os pontos positivos e negativos dos planos atuais e as expectativas para o futuro. Quanto à operacionalização, informou que todos os comitês devem elaborar um termo de referência que preveja metodologias participativas, recursos para capacitação, indicadores de performance e gestão da informação. Explicou a concepção de um conteúdo comum para todos os planos, onde cada bacia discutirá as especificidades de sua região através de um roteiro específico, evitando um documento padrão que não atenda às realidades distintas. A elaboração contará com equipes multidisciplinares e participação ativa dos atores locais. Na implementação, o objetivo é fortalecer o diálogo institucional, investir em divulgação e estruturar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) como instância de monitoramento participativo e avaliações periódicas para retroalimentar o ciclo de decisões. A Sra. Laura informou que o objetivo central é a condução da elaboração e a implementação integrada dos planos de bacias, das vertentes e do plano estadual, e como objetivos específicos, destacou a aplicação de instrumentos de gestão de forma integrada e adaptativa junto aos diferentes setores,

além do alinhamento do planejamento hídrico em todas as instâncias de governança. Ressaltou a importância de valorizar os comitês e suas capacitações como espaços legítimos de governança da água, visando construir uma visão de futuro consensual para investimentos, pactos, ações e decisões em um documento de médio e longo prazo, enfatizando a inclusão da participação social em todo o processo. O primeiro momento consistirá em um projeto-piloto no período de 2028 a 2035 para testar a metodologia e obter os primeiros produtos, visando uma fase mais sólida entre os anos de 2036 e 2051. A Sra. Laura destacou que o processo de pactuação incluiu apresentações on-line e uma reunião intercâmaras do CBH-SMT presencial em Sorocaba no dia 6 de novembro, que contou com presença expressiva dos membros. Informou que a operacionalização do projeto dispõe de quase 20 milhões de reais, exigindo adesão formal via deliberação. Ressaltou que a minuta de adesão inclui a proposta da SP Águas ao CONFEHIDRO como anexo, garantindo transparência sobre valores e condições. O compromisso dos comitês envolve a elaboração conjunta de documentos licitatórios, acompanhamento técnico e aprovação dos produtos. Por fim, destacou a articulação com a ANA para alinhar a metodologia e o conteúdo dos planos em bacias federais. Em seguida, detalhou o cronograma do programa, destacando a articulação com as vertentes em outubro, o início das discussões licitatórias em novembro e as deliberações do COFEHIDRO e CRH em dezembro para a destinação de recursos. Informou que o prazo para contribuições ao roteiro preliminar foi prorrogado de 24 de outubro para fevereiro de 2026. A previsão é que uma minuta qualificada do documento licitatório seja discutida entre janeiro e abril, prazo final para o início da licitação. Por fim, indicou que a adesão formal ocorre via deliberação e que o Grupo de Trabalho Unidade Gestora de Projetos (GT-UGP) será o grupo responsável pelo acompanhamento técnico das atividades. O Sr. André Cordeiro apresentou uma visão ponderada sobre o programa, destacando como principal vantagem o fato de o recurso ser externo ao orçamento ordinário do comitê, embora tenha questionado se o montante de 20 milhões de reais será suficiente para todo o Estado. Enfatizou que o ganho principal será a unificação de dados, essencial para uma bacia integrada a outros CBHs como a SMT e que recebe influência direta do PCJ e do Alto Tietê. Alertou que a participação de todos é vital até abril de 2026 para influenciar o que será licitado, evitando que o plano ignore a realidade local. Informou que o GT-UGP é coordenado pelo Prof. Mauro Tomazela, representante da FATEC. Sobre a centralização, confirmou que a SP Águas será a única tomadora e responsável pela contratação, cabendo ao comitê a fiscalização do processo. Após os esclarecimentos, a adesão ao programa foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Partindo para o último item de pauta, **2.8. Moção de apoio ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH**, o Sr. André Cordeiro contextualizou informando que desde o início das discussões sobre o Programa Integra Tietê e em outros âmbitos do Sistema Integrado

de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (SIGRH), têm surgido ideias voltadas à centralização de processos e à consequente perda da autonomia dos comitês de bacia. Ressaltou que a descentralização e a autonomia são fundamentais na política estadual de recursos hídricos. Diante desse cenário, informou que a diretoria propôs a elaboração de uma moção de apoio para o fortalecimento do SIGRH, enfatizando que não se trata de um documento contra instituições, mas a favor do modelo de gestão. Destacou a evolução na qualidade dos trabalhos do CBH-SMT, e que após a criação da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (FABH-SMT), defendeu que a Agência deve ser aperfeiçoada e receber o suporte necessário para o seu crescimento, contrapondo-se a qualquer iniciativa que vise enfraquecer sua atuação. O Sr. André Cordeiro procedeu à leitura na íntegra da minuta da moção, a ser enviada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), na qual o CBH-SMT manifesta apoio integral à Lei Estadual nº 7.663/1991. O documento reafirma que a gestão descentralizada, a autonomia dos comitês e a participação tripartite são os meios mais eficazes para o planejamento do gerenciamento de recursos hídrico. A moção destaca o papel crucial da FABH-SMT como entidade executiva que garante o suporte técnico, a expertise e a gestão transparente dos recursos da cobrança, essenciais para a implementação de projetos na bacia. A moção aprovada solicita o fortalecimento da gestão descentralizada e das fundações agência, exigindo respeito à autonomia dos comitês e rejeitando imposições unilaterais. O Sr. André Cordeiro defendeu uma articulação unificada entre os comitês que possuem agência (Sorocaba/Médio Tietê, PCJ e Alto Tietê) e criticou o relatório da COBRAPE/Banco Mundial por priorizar a redução de custos em detrimento da qualidade do gerenciamento. Informou que sendo aprovado, o documento será levado e entregue na próxima reunião do CRH prevista para o dia 18 de dezembro. A moção foi aprovada por unanimidade. Colocada em votação, a moção foi aprovada por unanimidade pelo plenário. Quanto aos **Informes**, o primeiro foi referente à revisão do PA/PI e ao Relatório de Situação, em que o Sr. André Cordeiro informou que a aprovação ocorrerá via deliberação *ad referendum* em função do atraso no recebimento dos dados necessários encaminhados pelo órgão estadual. Informou que a próxima reunião da CT-PLAGRHI está agendada para o dia 10 de dezembro, às 9h, em formato on-line, na qual os dois itens serão apreciados. Outra questão foi sobre a crise de abastecimento público no município de Mairinque. O Sr. André relatou que a Diretoria do CBH-SMT está acompanhando a questão com a análise do decreto de calamidade pública no município e esclareceu que, após reunião com o secretário de meio ambiente daquele município, constatou-se que o problema no Rio Fiscal não foi causado pelo nível da Represa de Itupararanga, mas por barramentos não outorgados para irrigação construídos a montante da captação. Com a abertura desses barramentos, a situação foi normalizada, mas o comitê segue monitorando as ações implementadas pelo município como o

pedido de outorga emergencial para captação provisória na Represa de Itupararanga, junto à SP Águas, e avalia possíveis impactos na regra operativa da represa. Quanto ao convênio com a UFSCar para curso de mestrado profissional, destacou o sucesso do programa de mestrado em sustentabilidade, que possui reserva de vagas para membros do CBH-SMT. Na sequência, a palavra foi concedida à Sra. Giovana Hidalgo Oliveira, Chefe de Meio Ambiente do município de São Roque, para apresentar informe sobre o projeto desenvolvido pelo Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) no âmbito do programa Euroclima Mais. A Sra. Giovana Hidalgo Oliveira, Chefe de Meio Ambiente de São Roque e coordenadora do CIOESTE, iniciou sua fala apresentando o consórcio, que reúne 14 municípios da região Oeste Metropolitana e detém o maior PIB entre os consórcios do Brasil, com a missão de fomentar o desenvolvimento sustentável regional. Sobre o projeto de adaptação às mudanças climáticas, explicou que a iniciativa teve caráter binacional, incluindo a região e o município de Córdoba, na Argentina, e com financiamento da União Europeia pelo programa Euroclima Mais e com execução realizada pela Agência Francesa de Desenvolvimento. O estudo realizou levantamentos em campo para lidar com eventos climáticos extremos, como ondas de calor e inundações. O foco principal foi a resiliência climática para crises hidrológicas, visando reduzir vulnerabilidades e propor recomendações para a adaptação tanto ao risco de inundação quanto ao risco de seca. O projeto foi desenvolvido em quatro fases, começando pelo diagnóstico territorial e consolidação de dados coletados em diversos órgãos. A partir disso, definiram-se três áreas piloto em zonas limítrofes para atingir mais municípios: entre Osasco e Carapicuíba (km 21 da Raposo Tavares), o Jardim Mutinga em Barueri e o bairro Guaçu em São Roque, além da *Villa El Libertador* em Córdoba na Argentina. Foram priorizadas áreas densamente urbanizadas e zonas com potencial de adaptação preventiva. A metodologia utilizou simulação hidrológica e hidráulica detalhada utilizando-se um *software* “MIKE+”, que modelou o comportamento das águas pluviais, o escoamento superficial e a interação com os cursos d’água em cenários de tempo de retorno de 5, 10 e 50 anos. Com base nesses mapas de manchas de inundação, o estudo entregou projetos detalhados de engenharia hidráulica e urbanísticos focados em Soluções Baseadas na Natureza (SBN), como corredores de escoamento naturalizados, bueiros sobre vias, áreas públicas inundáveis multifuncionais (parques alagáveis que mantêm utilidade fora do período de chuvas) e a redução de superfícies impermeáveis. Na terceira fase, focada na resiliência municipal, realizou-se um diagnóstico detalhado com as Defesas Civas, que realizou visitas aos prédios públicos. Durante essas vistorias, as equipes mediram fisicamente até onde a água poderia subir em eventos extremos, permitindo a simulação de danos e a proposição de soluções práticas para prevenir e reagir às ocorrências. Giovana ressaltou que a análise não se limitou ao aspecto estrutural, incluindo uma classificação por pontuação de vulnerabilidade que levou em

conta o contexto do uso do edifício, a existência de refúgios e fatores socioeconômicos da população local, dado que o nível de renda influencia diretamente a capacidade de resposta. Essa etapa foi fundamental para capacitar os órgãos públicos a replicarem a metodologia em outras edificações fora das áreas piloto. A quarta fase tratou especificamente do risco da seca, com o objetivo de apoiar gestores e servidores na compreensão da escassez hídrica. O estudo analisou os recursos disponíveis e os principais usos da água nas cidades, utilizando modelagem hidrológica matemática e programação para configurar fluxos e prever situações críticas de abastecimento. A Sra. Giovana destacou que o projeto proporcionou à região o acesso a tecnologias avançadas de monitoramento e decisão que, muitas vezes, não estão disponíveis nem mesmo no âmbito acadêmico das universidades locais. Ao finalizar, enfatizou que o projeto entregou projetos de engenharia detalhados, prontos para a captação de recursos e implementação imediata, com especial incentivo às obras que utilizam Soluções Baseadas na Natureza. Informou que a entrega oficial ocorreu em abril na sede do Consórcio ABC e que o acervo completo, contendo centenas de documentos, mapas e anexos técnicos, está disponível para consulta pública no *site* da CIOESTE ([link](#)). A Sra. Giovana encerrou reforçando o convite para que os municípios e o comitê trabalhem em conjunto na implementação regional dessas soluções, agradecendo a atenção de todos. Em seguida a palavra foi passada ao Sr. Tiago Valentim Georgette, Diretor Técnico da FABH-SMT, que reforçou a necessidade de capacitação dos membros para o cumprimento das metas do programa Procomitês. Solicitou que os certificados de cursos realizados em 2025 nas áreas de meio ambiente e recursos hídricos sejam enviados ao e-mail da Fundação para contabilização. Recomendou, ainda, o portal da Escola Virtual de Governo, que oferece cursos gratuitos da ANA, destacando que a qualificação técnica é fundamental para a efetiva participação no comitê. Na sequência, informou sobre a participação de representantes do CBH-SMT e FABH-SMT em reuniões do CRH em setembro e novembro, com destaque para a aprovação do Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - Capacita-SIGRH e as discussões sobre a revisão da cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio estadual. Relatou a realização do encontro "Aquíferos e nascentes, soluções para o abastecimento público", organizado pelo Grupo de Águas Subterrâneas no município de Capela do Alto, no dia 19 de setembro. O evento reuniu 90 participantes para discutir os desafios da captação de águas subterrâneas frente à baixa disponibilidade hídrica na bacia do SMT, incluindo uma visita técnica a uma nascente local. Destacou também a realização da III Conferência da Despoluição do Rio Tietê, ocorrida em Salto nos dias 21 e 22 de setembro. O primeiro dia contou com engajamento comunitário sobre a qualidade da água, enquanto o segundo reuniu técnicos e lideranças no Teatro Municipal "Palma de Ouro" para discutir soluções. Na sequência, o Sr. Tiago realizou a prestação de contas da Agência SMT, que atualmente gerencia três contratos

financiados pelo FEHIDRO: a elaboração de diretrizes para a integração do planejamento das UGRHs da bacia do Rio Tietê; o desenvolvimento de ações de comunicação para o CBH-SMT; e a segunda fase dos serviços especializados de apoio à gestão e fiscalização dos usos de recursos hídricos na bacia. Sobre o projeto Integra Tietê, informou que se trata de uma iniciativa conjunta dos seis comitês da vertente do Rio Tietê, sendo a Agência SMT a responsável pela execução do único projeto da vertente atualmente em andamento. O estudo está na fase de conclusão do Produto 4, propondo diretrizes técnicas e arranjos institucionais para compatibilizar a gestão. Identificou-se que a falta de padronização em critérios de vazão e bases cartográficas entre os comitês dificulta a gestão integrada dos recursos hídricos, servindo este trabalho de subsídio para o programa estadual IntegraBacias. Ressaltou o empenho da agência e da Secretária Executiva, Sra. Laura, na coordenação e mobilização das secretarias executivas dos demais comitês. Quanto às ações de comunicação, reforçou o pedido para que os membros compartilhem os conteúdos do comitê nas redes sociais e anunciou o futuro lançamento do *site* oficial do Comitê. Sobre o apoio à gestão e fiscalização da bacia (Fase 2), o Sr. Tiago informou que a equipe alocada na SP-Águas vem atuando em apoio ao órgão gestor e alcançando resultados como 311 ações de fiscalização e 1.730 análises realizadas. Não houve informes por parte dos representantes do Estado e dos Municípios. Da Sociedade Civil, a Sra. Viviane Rodrigues de Oliveira, representante da OSCIP SOS Itupararanga, manifestou sua preocupação quanto a abertura de processos administrativos junto à Prefeitura de Ibiúna visando à obtenção de certidões de uso e ocupação do solo para dois empreendimentos de mineração de areia em áreas de preservação da APA Itupararanga. O primeiro projeto situa-se na várzea do Rio Sorocamirim, manancial estratégico para o abastecimento público do município de São Roque. A representante ressaltou que a proposta incide sobre área objeto de litígio judicial e que o Conselho Gestor da Unidade de Conservação já emitiu, em ocasiões anteriores, pareceres desfavoráveis à atividade no local, dada a sensibilidade ambiental da zona limítrofe entre os municípios de Ibiúna e Cotia. O segundo pleito refere-se a uma área de lavra de aproximadamente 50 hectares na calha e várzea do Rio Sorocaba, nas proximidades da ponte de acesso ao município de Mairinque e da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Ibiúna. A Sra. Viviane demonstrou, por meio de registros de eventos climáticos pretéritos, que a referida zona constitui área natural de inundação essencial para a regulação hídrica e formação do reservatório de Itupararanga. Alertou que, embora os processos tramitem na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não foram apresentados projetos técnicos detalhados sobre os métodos de extração, constando apenas documentação fundiária e qualificações dos proponentes. Diante do risco à segurança hídrica e à integridade dos ecossistemas de cabeceira, a representante informou que a SOS Itupararanga oficiou o Executivo Municipal de Ibiúna solicitando o sobrestamento de qualquer anuência ambiental ou certidão de uso do solo até que os

órgãos colegiados se manifestem formalmente. Apelou aos membros do CBH-SMT e ao Conselho Gestor da APA para que reafirmem a posição histórica de oposição a tais empreendimentos, em consonância com deliberações anteriores deste colegiado. Ao concluir sua intervenção, a Sra. Viviane apresentou o material educativo "Jogo da APA", desenvolvido com recursos do FEHIDRO e suporte do CBH-SMT. O projeto pedagógico, destinado às instituições de ensino dos oito municípios da APA, integra o uso de tecnologias digitais para a disseminação de informações sobre a preservação da bacia. Complementando o debate sobre a mineração em Ibiúna, o Sr. André Cordeiro prestou um esclarecimento técnico sobre as competências do Comitê. Explicou que, embora o colegiado tenha restrições para negar processos de licenciamento quando demandado diretamente por órgãos estaduais como a CETESB ou a SEMIL (em processos de licenciamento específicos), o Comitê tem plena autonomia para manifestar-se de forma desfavorável quando a demanda parte de outros entes, como prefeituras ou o Conselho Gestor da APA. Ressaltou que a extração de areia nas cabeceiras do Rio Sorocaba compromete a lógica da gestão hídrica, destacando que a prerrogativa final de uso e ocupação do solo cabe ao município. Em seguida, o Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do INEVAT, reforçou a crítica à atuação de órgãos federais e reguladores, como a Agência Nacional de Mineração (ANM, antigo DNPM) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), afirmando que tais instituições frequentemente emitem decisões de gabinete sem conhecer a realidade local. Criticou a subordinação dos interesses das comunidades regionais a pareceres técnicos distantes da prática, alertando que empreendedores muitas vezes aguardam a desmobilização do CBH para avançar com projetos de alto impacto, como loteamentos e mineradoras. Na sequência, a Sra. Lauren Ellen da Silva, representante da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), realizou um convite geral para o primeiro workshop da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN) do CBH-SMT, agendado para o dia 18 de janeiro na sede da concessionária Águas de Votorantim. O evento abordará tecnologias de saneamento, índices de perdas e qualidade da água, contando com a participação de promotores do Ministério Público (GAEMA) para discutir o saneamento em áreas irregulares. O convite foi estendido a todos os membros do CBH-SMT. Antes do encerramento, o Sr. Gomes, em nome do presidente Dr. Quevedo, proferiu uma mensagem de agradecimento a todos os membros das Câmaras Técnicas pelo trabalho realizado ao longo do ano. Desejou votos de boas festas e um próspero ano de 2026, celebrando os avanços obtidos pela gestão do Comitê. Por fim, o Sr. André Cordeiro agradeceu à Prefeitura de Itu pela recepção e aos conselheiros que permaneceram até o final da sessão, destacando que a persistência do grupo é o que garante a proteção da bacia. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada.

Relação dos membros presentes na reunião plenária

Entidade	Segmento	Representante	Titular/ suplente
CETESB	Estado	Rosângela Aparecida César	Titular
SP Águas	Estado	Felipe Gobet de Aguiar	Titular
SP Águas	Estado	Julia Octaviano Noale	Suplente
Fundação Florestal	Estado	Waldnir Gomes Moreira	Titular
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	Estado	Célio Soares de Souza	Titular
SEMIL	Estado	Laura Stela Naliato Perez	Titular
Mairinque	Município	Carlos Eduardo Thomaz Pedroso / Repres. Procuração: Mário José Nogueira	Suplente
Araçoiaba da Serra	Município	Ana Paula de Cássia Netto	Titular
Cesário Lange	Município	Ramiro de Campos / Repres. Procuração: Rosa Helena Miranda Arruda	Suplente
Boituva	Município	Edson José Marcusso / Repres. Procuração: Carlos Rodolfo Araújo Cruz	Titular
Porangaba	Município	João Carlos Alves Barros	Suplente
Sarapuá	Município	Gustavo de Souza Barros Vieira	Suplente
Jumirim	Município	Daniel Vieira	Titular
Ibiúna	Município	Mario Pires de Oliveira Filho	Suplente
Itu	Município	Herculano Castilho Passos Junior	Suplente
Votorantim	Município	Weber Maganhato Junior / Repres. Procuração: Luiz Carlos Correa	Titular
São Roque	Município	Marcos Augusto Issa Henriques de Araujo / Repres. Procuração: Giovanna Idalgo	Titular
Salto	Município	José Geraldo Garcia / Repres. Procuração: José Antonio Luciano	Titular
Sorocaba	Município	Fernando Martins da Costa Neto / Repres. Procuração: Vinicius Matheus Aparecido Poppst Raineri	Titular
Cotia	Município	Wellington Formiga	Suplente
Tietê	Município	José Carlos Regonha Junior // Repres. Procuração: João Paulo Mariano Godinho	Titular
Cabreúva	Município	Naomi Bernardes	Suplente
Capela do Alto	Município	Henrique Daniel Leme	Titular
Associação de Engenheiros, Arquitetos e	Sociedade Civil	Paulo Takeyama	Titular
Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações	Sociedade Civil	Rosa Maria Andrade Colicchio	Suplente

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Diretoria Regional de Botucatu)	Sociedade Civil	Rafael de Carvalho Pinto	Suplente
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Diretoria Regional de Sorocaba)	Sociedade Civil	Eva Alexandra Correa Paulino	Titular
Associação Escola e Cultura em Foco	Sociedade Civil	Marcelo Pereira do Nascimento	Suplente
INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê	Sociedade Civil	Francisco Antônio Moschini	Titular
ABCON - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento	Sociedade Civil	Lauren Ellen da Silva	Titular
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público SOS Itupararanga	Sociedade Civil	Viviane Rodrigues de Oliveira	Suplente
Fundação SOS Mata Atlântica	Sociedade Civil	Marcelo Naufal Argona	Titular
ASAS - Associação pela Sustentabilidade de Araçoiaba da Serra	Sociedade Civil	Teresa Cristina Costa Barretto	Titular
Grupo Alerta - Associação dos Legionários em Defesa a Ecologia na Região de Tatuí	Sociedade Civil	Ademir Cleto de Oliveira	Titular
FATEC - Faculdade de Tecnologia de Votorantim	Sociedade Civil	Mauro Tomazela	Suplente
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba	Sociedade Civil	André Cordeiro Alves dos Santos	Suplente

José Carlos de Quevedo Junior

Presidente do CBH-SMT

André Cordeiro Alves dos Santos

Vice-presidente do CBH-SMT

Laura Stela Naliato Perez

Secretária Executiva do CBH-SMT

Waldnir Gomes Moreira

Secretário Executivo-adjunto do CBH-SMT